



## Aumenta pressão dos servidores do MEC, Incra e Meio Ambiente pela retomada das negociações

Os servidores do MEC, do Incra e da área ambiental se encontraram na manhã desta terça-feira, 23, em atos não combinados em frente ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, bloco K. Juntos, os três setores uniram forças para exigir da ministra Esther Dweck o atendimento de suas reivindicações.

Os servidores do MEC lutam pela instalação da Mesa Temporária e Específica de Negociação para tratar da criação da carreira de Gestão de Políticas Públicas Educacionais (GPPE) e do Plano Especial de Cargos do MEC (PECMEC). A proposta está em análise na Secretaria de Relações do Trabalho (SRT/MGI) desde novembro do ano passado.

O setor realiza semanalmente o “Terçou na Luta”, vigília permanente pela abertura das negociações que já está na XXIX edição. A proposta de plano de carreira tem o objetivo de corrigir as distorções salariais entre a administração direta e as entidades vinculadas, visto que os servidores MEC, ao contrário dos órgãos vinculados ao ministério, não possuem plano específico que valorize o seu corpo funcional.

Os servidores do Incra também realizam atos semanais em frente à sede do órgão e da Superintendência Regional do DF e Entorno (SR-28) pela reestruturação da carreira. Agora, lutam pela retomada das negociações, suspensas pelo MGI desde 24 de junho, quando o governo apresentou proposta que foi rechaçada por ampla maioria dos servidores do órgão no país.

No dia 15 deste mês, os servidores lotados no DF aprovaram em assembleia conjunta do Sindsep-DF e da Assera/BR contraproposta de reajuste elaborada pela Condsef e Cnasi-NA, decisão seguida pela maioria dos servidores nos estados. No último dia 19, a confederação enviou ofício ao MGI com a contraproposta anexa e solicitando a reabertura das negociações. A nova proposta de tabela salarial busca resolver, em parte, algumas das demandas históricas da categoria, como: melhoria da proporção salarial entre o vencimento básico (VB) e gratificação de desempenho (GDARA); melhoria da remuneração dos servidores dos cargos

de níveis médio e auxiliar; isonomia salarial entre as carreiras de Reforma e Desenvolvimento Agrário e a de Perito Federal Agrário.

Os servidores do Meio Ambiente – MMA, Ibama, ICMBio e SFB – também estão mobilizados pela reabertura das negociações. Em 1º de julho, o setor deu início à greve nacional. Mas no dia 5, em assembleia híbrida conjunta do Sindsep-DF, da Assemma e da Asibama-DF, os servidores lotados no DF deliberaram por cumprir a decisão judicial de retorno de 100% dos servidores designados para as atividades de licenciamento ambiental, gestão das unidades de conservação, resgate e reabilitação da fauna, controle e prevenção de incêndios florestais e emergências ambientais. A greve continua nas demais áreas, respeitando as limitações determinadas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Na tentativa de retomar as negociações, a Condsef e a Asce-MA Nacional trabalharam na construção de uma contraproposta conjunta para dar sequência às tratativas com o governo.

Sindsep-DF

## Sem mulheres pretas não há serviço público

Datas trazem, em si, oportunidades de reflexão sobre nosso estar no mundo, o sentido da vida, das lutas. O mês de julho vem representando para mulheres negras oportunidades de recordar o passado e pensar o futuro. O 'Julho das Pretas' proporciona espaços de diálogo entre ações específicas, pontuais, particulares, pessoais e ações gerais, coletivas, humanitárias.

Nessa quinta-feira, 25 de julho, que marca o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, a Condsef/Fenadsef lembra a importância de políticas afirmativas, antirracistas e defende a presença cada vez mais ampla das mulheres negras no serviço público.

Integrantes do Coletivo de Mulheres Negras Servidoras e Empregadas Públicas do Governo Federal, Dalila Fernandes de Negreiros e Ana Julieta Teodoro Cleaver publicaram artigo que ajuda a pensar o tema. Em 2023, as pessoas negras correspondiam a 40,5% dos servidores públicos da administração pública federal, segundo Observatório da Presença Negra no Setor Público.



No início do ano 2000 essa presença era bem menor. Para cada 100 novos servidores do Executivo Federal, apenas 17 eram negros. A Lei de Cotas foi e continua sendo um importante divisor nesse cenário, mas ainda há muito que caminhar para seguir "enegrecendo" cada vez mais os espaços. São ainda as mulheres negras que precisam lutar mais para conquistar valorização.

Para a Secretaria de Gênero, Raça, Juventude e Orientação Sexual da Condsef/Fenadsef, essa Agenda Negra precisa ser inserida no cotidiano sindical, na agenda geral da classe trabalhadora. Sem mulheres pretas não há serviço público.

Atuando na linha de frente do atendimento público ou já presentes em postos estratégicos, ainda que em menor número, as mu-

lheres pretas são protagonistas no serviço público. Nos planos de carreira, na ocupação de cargos, na prestação de serviços, nos trabalhos de cuidado e em locais estratégicos que pensam políticas públicas, é preciso seguir essa luta até que sejam derrubados os pilares dos sistemas produtivos que, ao longo dos séculos, usaram estratégias e narrativas para perpetuar a lógica de exploração sobre "a carne mais barata do mercado".

É por isso que a Condsef/Fenadsef, seguirá ressaltando a importância de dias como hoje que ajudam a ampliar os debates que nos fortalecem na certeza de dias melhores.

**+ Leia o artigo: A lei de cotas para a representatividade de mulheres negras no serviço público**

Condsef/Fenadsef



## Presidente do Banco Central sabota a geração de empregos ao manter juros altos

Índice de desemprego com Lula atinge o menor patamar dos últimos 10 anos, mas o presidente do BC, vê perigo no pleno emprego para manter a inflação em baixa. CUT e demais centrais querem "fora Campos Neto"

[Matéria completa em cut.org.br/noticias](http://cut.org.br/noticias)